

## CORREIO POLÍTICO

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Janones chamou o ex-presidente de "bandido fujão".

## STF julga se aceita denúncia de Bolsonaro contra Janones

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, nesta sexta-feira (10), julgamento sobre queixa-crime contra movida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o deputado federal André Janones (Avante-MG).

A ação está sob relatoria da ministra Cármen Lúcia e será julgada pelo Supremo no plenário virtual da Corte que deve durar uma semana já que

os ministros poderão depositar seus votos entre 10 e 17 de maio, até a próxima sexta-feira.

Bolsonaro acusa Janones de calúnia e injúria por declarações "ofensivas à sua honra" feitas via perfil do deputado no X (antigo Twitter), em 2023.

Na ocasião, o deputado se referiu ao ex-presidente como "assassino", "miliciano", "ladrão de jóias" e "ladrozinho de jóias".

## PGR

Em parecer, a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou a favor de que o STF receba a queixa-crime. Para a PGR, Janones, "em tese", "ultrapassou os limites da liberdade de expressão". "O contexto parece completamente estranho ao debate político".

## Defesa

Por sua vez, a defesa de Janones argumenta que as afirmações feitas eram "genéricas" e de "cunho abstrato", já que o nome de Bolsonaro não foi mencionado explicitamente nos posts. Além disso, a defesa argumenta que o parlamentar tem imunidade do cargo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ação que pode cassar mandato de Moro vai para TSE

## Processos podem levar à cassação de Moro no TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou o julgamento que pode levar à cassação do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) para as sessões de 16 e 21 de maio. O relator do caso, ministro Floriano de Azevedo Marques, já liberou para julgamento o processo que pode levar o senador à perda do mandato. A definição de data

para a análise pelo plenário, composto por sete ministros, é uma prerrogativa do presidente da corte, posto hoje ocupado por Alexandre de Moraes. Próximo de Moraes, Floriano recebeu na terça-feira (7) a manifestação da PGE (Procuradoria-Geral Eleitoral) sobre as suspeitas que pesam contra a campanha do ex-juiz.

## PGE

A PGE pediu a rejeição de ações que pedem a cassação de Moro por abuso de poder econômico, uso indevido dos meios de comunicação e caixa dois. Ao TSE, o Ministério Público Eleitoral disse que "não há indicativos seguros de que houve desvio ou omissão de recursos".

## PT e PL

PT e PL argumentaram que os gastos dele na pré-campanha foram desproporcionais porque ele almejava a Presidência da República, gerando desequilíbrio entre os concorrentes. As siglas somam os gastos de Moro desde quando ele se filiou ao Podemos (novembro/2021).

## TRE-PR

Moro foi absolvido em abril pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), por 5 votos a 2. A maioria dos juízes entendeu que não há evidências que provem abuso de poder econômico durante a pré-campanha eleitoral do ex-juiz da Lava Jato, em 2021 e 2022.

## Absolvido?

Além disso, o tribunal paranaense rejeitou a acusação de uso indevido dos meios de comunicação social e também não reconheceram indícios de caixa dois e triangulação de recursos. Os autores da contestação recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral.

## Após DPVAT, Congresso derruba vetos da LOA 2024

Tentativa de troca não teve êxito; vetos de saidinhas são adiados

Por Gabriela Gallo

Após ter sido adiada diversas vezes, o plenário do Congresso Nacional realizou, nesta quinta-feira (09), a sessão conjunta entre deputados federais e senadores para avaliar os vetos presidenciais, derrubando-os ou não. Inicialmente, seriam analisados 32 vetos, todos parciais. Porém, lideranças do governo e da oposição fecharam um acordo para adiar uma série de vetos para o dia 28 de maio, por falta de acordo entre os poderes Executivo e Legislativo quanto aos temas e, consequentemente, os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

## Orçamento

O destaque da sessão se referia aos vetos presidenciais ligados a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024. A maior preocupação da equipe econômica do governo se referia ao veto de R\$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares de comissão. O valor fora aprovado pelos parlamentares, mas depois foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sob a justificativa de que a inflação foi menor do que o previsto.

A medida não foi bem avaliada pelos parlamentares, que contavam com o valor para usá-lo durante a campanha eleitoral das eleições municipais ano eleitoral. Numa tentativa de preservar o veto, o governo propôs a retomada da cobrança do seguro para cobrir indenizações a vítimas de acidentes de trânsito — o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), conhecido anteriormente como



Waldemir Barreto/Agência Senado

Parlamentares derrubaram parcialmente veto para R\$ 3,6 bi em emendas de comissão

DPVAT. O projeto foi uma tentativa de moeda de troca já que aumenta em R\$ 15,7 bilhões o limite para as despesas da União. O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional nesta quarta-feira (08).

Todavia, a tentativa do governo não obteve êxito. Durante a sessão, os parlamentares derrubaram parte do veto de Lula, retomando a LOA para R\$ 3,6 bilhões em emendas de comissão e, mas mantiveram os vetos no valor de R\$ 1,4 bilhão. Dessa forma, as emendas passam então de R\$ 11 bilhões para R\$ 15,2 bilhões. O total das emendas parlamentares no Orçamento atinge então cerca de R\$ 52 bilhões em 2024, totalizando o Orçamento completo em torno de R\$ 2,2 trilhões.

Apesar dessa derrota do governo quanto às emendas de comissão, a votação dos vetos da Lei de Diretrizes Orçamen-

tárias (LDO) de 2024 também foram adiados para o dia 28 de maio. E dentre um desses vetos, está um cronograma para a execução de emendas parlamentares, que ainda pode ser alterado, ou não.

## Vetos adiados

Dentre os temas que foram adiados para a próxima sessão está o veto parcial referente às saídas temporárias de presidiários, conhecidas como saidinhas, além dos vetos quanto à Lei de Segurança Nacional (LSN). O adiamento dos vetos foi acordado entre líderes do governo e da oposição. O líder da minoria no Congresso, senador Flávio Bolsonaro (PL-SP), destacou que considera ambas as propostas igualmente relevantes, e portanto, é necessário um maior tempo de negociação entre governo e oposição.

"A minha preocupação é que

a maioria dos parlamentares não tenha a real dimensão dos impactos desses vetos na vida real, em especial no mundo rural. Óbvio que não gostaria, mas se- rei obrigado a aceitar esse acordo", disse o senador.

Em 2021, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou cinco dispositivos do projeto que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional, criada em 1983 (instituído a Lei 14.197/2021), chamada de Lei de Defesa do Estado Democrático. O então presidente vetou um artigo que previa punição para atos de "comunicação enganosa em massa", outro artigo que previa a punição para quem impedisse "o livre e pacífico exercício de manifestação" e vetou outro que previa o aumento de penas para crimes contra o Estado Democrático, incluindo aumento de pena para militares que atentassem contra a democracia.

## Pela primeira vez, TSE tem duas ministras negras em julgamentos

Por Ana Paula Marques

Pela primeira vez na história, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou, na última quinta-feira (9), julgamentos com a presença de duas mulheres negras na bancada. Essa também foi a sessão que em sua maioria o plenário estava formado por mulheres.

A sessão foi classificada como "histórica" pelos presentes e contou com uma plateia de deputados da bancada negra da Câmara do Deputados, que fizeram questão de prestigiar a reunião da Corte Eleitoral. Edilene Lôbo, primeira magistrada negra da história do TSE — indicada no ano passado — e Vera Lúcia Santana Araújo, segunda mulher negra do Tribunal, ocupam vagas de ministras substitutas na classe de juristas, ou seja, eram representantes da advocacia.

Na bancada, além de quatro ministras, Cármen Lúcia, Isabel Gallotti, Edilene Lôbo e Vera Lúcia, e de três ministros, Alexandre de Moraes, Raul Araújo e Nunes Marques, a Corte Eleitoral, pela primeira vez, também registrou a mesma proporção de magistradas negras e brancas.

## Sessão

O presidente da Corte, o ministro Alexandre de Moraes, abriu a sessão celebrando a presença feminina. Hoje, 9 de maio de 2024, temos uma sessão histórica na Justiça Eleitoral. Pela quarta vez, temos quatro mulheres e três homens nesta bancada. Além disso, te-

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Edilene Lôbo, primeira magistrada negra do TSE.

mos pela primeira vez na história do Tribunal Superior Eleitoral duas ministras negras".

Apesar do avanço, essa é somente a quarta vez que o TSE faz uma sessão com maioria de mulheres na bancada de ministros. Atualmente, o TSE tem duas ministras em sua composição: Cármen Lúcia, vice-presidente e integrante do Supremo Tribunal Federal, e Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça. Os outros quatro integrantes são homens.

Edilene Lôbo, primeira magistrada negra a assumir, em setembro de 2023, uma cadeira na Corte Eleitoral, também comemorou a representatividade da sessão.

"A bancada de julgamento de hoje realça que é crucial a superação da desigualdade de gênero e de raça nos espaços decisórios no

Brasil. Vejo que uma sociedade assentada na desigualdade não tem um futuro próspero", explicou a ministra Edilene Lôbo.

## Representatividade

Coordenadora de Igualdade Racial da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), Valéria Dias Paes Landim, comemora o espaço de poder ocupado por mulheres negras no Judiciário. "Falo como advogada, mulher e negra, que ver mulheres assumindo esses espaços, que embora seja um esforço que não bate com o número de mulheres competentes no mundo jurídico, é um avanço necessário", disse.

Para ela, a sessão de hoje representa que não será mais tolerável um retrocesso. "É importante lembrar que elas esta-

vam na sessão como ministras substitutas. Nós caminhamos, lutamos e chegamos e agora a próxima etapa é ocupar cargos de titulares. Essa sessão foi uma conquista, mas o objetivo é o avanço", disse a especialista.

Já para a advogada especialista em gênero e diversidade, Mariana Covre, a sessão com a presença de duas mulheres negras na banca representa um aceno relevante para os demais colegiados decisórios de todo o Judiciário, em especial, em ano eleitoral, para tentar então, mudar esse cenário em prol da valorização da presença feminina em posições de decisão.

Mariana explica que por se tratar de um tribunal que encabeça decisões, a representação feminina tanto no TSE quanto em outros tribunais superiores é importante "porque quanto mais diverso seus pares, mais decisões conscientes e consistentes poderão ser tomadas, decisões que serão diversas em vieses de lugar de fala, incluindo as vivências de gênero", declara.

Para a advogada, questionar, investigar e aperfeiçoar as "causas raízes" do problema de ausência de mulheres nesses espaços, seria uma forma de avançar na desigualdade de gênero no país. "A pergunta que devemos fazer para avançar é, em primeira linha, por que as mulheres não estão naqueles espaços?. Temos muito o que avançar nos lugares quanto à melhoria de ambientes, com menos assédio, violência de gênero e vulnerabilidades para que se tenha mais mulheres ocupando", disse.